ESTUDO SOBRE O PRECONCEITO LINGUÍSTICO A PARTIR DE UMA ANÁLISE SOBRE A DESVALORIZAÇÃO DA VARIEDADE GUINEENSE DO PORTUGUÊS

Luís Brion [1]

Dra. Kaline Araujo Mendes [2]

Resumo: O preconceito, em suas variadas formas de manifestação, tem demonstrado ser um problema social que a cada dia revela uma impregnação agressiva e crônica por meio sutil, ou, às vezes, de forma muito explícita. O presente trabalho tem como objetivo estudar sobre o preconceito linguístico por meio de uma análise sobre a desvalorização da variedade guineense do português. O trabalho caracteriza-se como bibliográfico com traços descritivos, de abordagem qualitativo com uma perspectiva descritiva e analítica que permite fazer uma leitura mais abrangente do fenômeno social. Como embasamento teórico para a discussão, foram considerados, dentre outros autores, Augel (2007); Bagno (2015); Cá (2020); Fanon (2015); Lima et al (2021); Mariani (2008); Mendes (2019); Nascimento (2019); Oliveira (2013). Para a constituição da amostra, optamos pela pesquisa bibliográfica associada à aplicação de um instrumento - questionário composto de três perguntas abertas - para investigar acerca do preconceito linguístico, notadamente, aquele dirigido a estudantes guineenses da universidade internacional focalizada. Os resultados comprovam a existência do preconceito linguístico na região do Maciço de Baturité e aponta os moradores, os/as professores/as e estudantes da universidade internacional focalizada como principais promotores. Os resultados ainda mostram que o trabalho da instituição na valorização das variedades do português falada por estudantes que compõem a universidade está muito aquém das expectativas. Conclui-se que é urgente discutir sobre esta forma de preconceito, assim, despertando as mentes a descolonizarem-se.

[1] Luís Brion, graduando do curso de Letras-Língua Portuguesa do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (ILL-UNILAB).
[2] Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (ILL-UNILAB), orientadora do trabalho.

Palavras-Chave: Preconceito linguístico; Línguas pluricêntricas; Diversidade linguística do Portuguesa; Variedade guineense do português; Racismo linguístico

Abstract: Prejudice, in its various forms of manifestation, has shown itself to be a social problem that every day reveals an aggressive and chronic impregnation subtly, or sometimes very explicitly. The present work aims to study linguistic prejudice through an analysis of the devaluation of the Guinean variety of Portuguese. The work is characterized as bibliographic with descriptive traits, with a qualitative approach with a descriptive and analytical perspective that allows a more comprehensive reading of the social phenomenon. As a theoretical basis for the discussion, among other authors, Augel (2007); Bagno (2015); Cá (2020); Fanon (2015); Lima et al (2021); Mariani (2008); Mendes (2019); Nascimento (2019); Oliveira (2013) were considered. For the constitution of the sample, we opted for bibliographic research associated with the application of an instrument - a questionnaire composed of three open questions - to investigate linguistic prejudice, notably, that directed at Guinean students from the international university focused. The results prove the existence of linguistic prejudice in the region of the Maciço de Baturité and point out the residents, the teachers and students of the international university focused as main promoters. The results also show that the institution's work in valuing the varieties of Portuguese spoken by students who make up the university is far below expectations. It is concluded that it is urgent to discuss this form of prejudice, thus, awakening minds to decolonize themselves.

Keyswords: Linguistic prejudice; pluricentric languages; linguistic diversity of the Portuguese language

INTRODUÇÃO

O preconceito, em suas variadas formas de manifestação, tem demonstrado ser um problema do cotidiano social que a cada dia revela uma impregnação agressiva e crônica por meio sutil ou, às vezes, de uma forma muito explícita. Com o intuito de entender essa problemática na área linguística, o presente artigo aborda a questão do preconceito linguístico, a partir do foco na desvalorização da variedade guineense do português no Maciço de Baturité, no Ceará - Brasil, inclusive, numa universidade internacional localizada na região. Essa região, por conta da universidade, recebe estudantes guineenses e de outros países lusófonos. Nesse fluxo, são postas em contato variedades diferentes do português, o que põe em evidência a

heterogeneidade da língua portuguesa, característica intrínseca a qualquer língua natural, viva e atuante, pois a língua é social, e cada variedade carrega traços culturais e civilizatórios do território onde se inserem os falantes. No caso da língua portuguesa que, por meio da colonização, foi violentamente imposta a uma parte considerável dos povos colonizados, cabe destacar a influência das línguas locais, o que se reflete hoje nas variedades desta mesma língua, tornando-a pluricêntrica. A universidade internacional anteriormente referida, sendo um espaço que integra estudante/falantes de países que têm o português como a língua oficial, nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reflete esta diversidade linguística, ou seja, modos diferentes de falar a língua portuguesa. Esses fatores, por si só, não constituem, ou não deveriam constituir um problema. Entretanto, por questões políticas e económicas, sendo a língua também uma prática social, vê-se nela uma relação de poder espelhada, o que acaba por gerar assimetrias entre as variedades, sendo umas postas como centrais, enquanto outras, não.

A Guiné-Bissau, país africano de língua oficial portuguesa, comporta um extenso leque de línguas, dentre as quais, as línguas étnicas distribuídas em todo o território nacional. O guineense, língua autóctone, destaca-se por ser a mais falada pela população, apesar do estatuto de oficialidade do português no país. A variedade guineense do português constitui o foco de reflexão deste trabalho, onde realizamos um estudo sobre o preconceito linguístico, analisando a desvalorização desta variedade na região do Maciço de Baturité, especialmente, na instituição universitária que reúne variedades distintas do português. Essa instituição foi criada com base em uma política linguística, ou seja, a partir da cooperação bilateral entre o Brasil e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A partir disso, institui-se o objetivo de desenvolver o ensino superior e impulsionar o combate ao racismo, à desigualdade racial, e se fez a aposta na produção e divulgação dos saberes universais de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil, assim como dos países da expressão em língua portuguesa, respeitando e reconhecendo as diferenças e as diversidades de todo o tipo, pois é o princípio básico da cooperação e integração (UNILAB, 2010, p. 12 apud LIMA et al., 2021).

Com base em nossa experiência, percebemos que os princípios de respeito e reconhecimento das diversidades, que motivou e alicerçou a criação da universidade internacional focalizada, tem-se tornado uma utopia, uma ilusão que não se materializou, situação que repercute na vida dos estudantes internacionais e na sua convivência com os

moradores da região em que se situa a instituição. A complexidade dessa situação levou, para o campo linguístico, o questionamento que norteou a presente pesquisa: Qual o papel/ lugar da variedade guineense do português no Maciço de Baturité (Ceará - Brasil)?

Partimos da compreensão de que o desalinhamento da instituição com os princípios norteadores do projeto resulta na promoção de preconceitos. Nesse sentido, decidimos investigar, junto aos estudantes guineenses da universidade, as ocorrências de preconceito linguístico que contribuem para a desvalorização da variedade guineense do português na região do Maciço de Baturité (Ceará - Brasil), notadamente, no espaço universitário. Para tanto, elaboramos um questionário para a coleta de dados. O instrumento, composto de três perguntas abertas, foi aplicado com dez estudantes guineenses da referida universidade, graduandos de diferentes cursos.

O *corpus* deste estudo foi constituído a partir dos textos resultantes dos questionários aplicados e da bibliografia de referência, cujo recorte buscou embasar teoricamente a discussão acerca de problemáticas relativas à diversidade linguística, ao pluricentrismo linguístico, ao contexto sociolinguístico guineense, às políticas linguísticas, ao preconceito linguístico, dentre outros. Assim, as discussões que sustentam a argumentação do trabalho ancoram-se nas obras de Mariani (2008), Cá (2020), Oliveira (2013); Mendes (2019), Augel (2007); Lima et al (2021); Nascimento (2019); Fanon (2015), Bagno (2015).

Este artigo está dividido em seis seções. Na primeira, tratamos da diversidade linguística na lusofonia. Na segunda parte, discutimos sobre o caráter pluricêntrico da língua portuguesa. Na terceira, contextualizamos a história da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Na quarta seção, refletimos sobre a condição de política linguística da universidade internacional investigada no estudo. Na quinta parte, descrevemos o contexto da pesquisa realizada, apresentando os dados coletados, com ênfase nas respostas aos questionários e apresentação de resultados. Por último, trazemos as considerações finais.

1 Diversidade Linguística

1.1 Diversidade Linguística na Lusofonia

Toda e qualquer língua viva, além de ser suscetível à mudança, é articulada, ou seja, aceita o desdobramento em partículas pequenas e é, principalmente, heterogênea, pois apresenta variação em seus níveis estrutural e social. Essas são características intrínsecas à toda língua natural. A língua portuguesa, sendo uma língua natural, não foge à regra. Por meio da navegação, atingiu os outros territórios e foi imposta a outros povos, ganhando mais ainda a diversidade ou a variedade. (SOUZA e BANDEIRA, 2018). Por meio de expansão, exploração e imposição, a invasão colonial portuguesa deixou a sua língua em quase todos os continentes, nomeadamente África, América, Europa e Ásia, tornando assim:

> [...] língua oficial em 10 países, oito deles membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mais a Guiné Equatorial, que a oficializou em 2011 ao lado do espanhol e do francês, e da China, ou mais exatamente da RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, onde é cooficial ao mandarim até o ano de 2049. (OLIVEIRA, 2013, p.411)

Essa presença da língua portuguesa nesses outros territórios com culturas diferentes e realidades diferentes, em contato com outras línguas nativas desses espaços, contribuiu para torná-la mais diversificada e mais variada, pois sofreu a influência de diversos fatores, legitimando a ocorrência de duas formas resultando na variação linguística, "o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, o mesmo significado"(COELHO et al, 2015 p. 16). Essa diversidade da língua não compromete o seu funcionamento, não faz de uma variedade mais importante que a outra, pelo contrário, é a demonstração da riqueza linguística e reflexo da variedade social, ou em outras palavras:

> As diferentes formas que empregamos ao falar e ao escrever dizem, de certo modo, quem somos: dão pistas a quem nos ouve ou lê sobre o local de onde viemos, o quanto estamos inseridos na cultura letrada dominante de nossa sociedade, quando nascemos, com que grupo nos identificamos, entre outras informações. (COELHO et al 2015 p.16)

Ainda vale salientar que a variação do português vem da diversidade dos seus mais de duzentos e vinte e um mil falantes distribuídos por todo o mundo, tendo-a como a primeira ou segunda língua (OLIVEIRA, 2013). Pode-se revelar uma outra realidade se se olhar para o contexto dos países africanos, por exemplo, o caso da Guiné-Bissau, onde há falantes que têm o português como a terceira língua, precedida de mais de duas dezenas de línguas étnicas e da língua guineense. De acordo com Costa (2012 apud Souza e Bandeira, 2018), a variação ou diversidade linguística é vista como '[...]o fenômeno que envolve múltiplos e concomitantes

usos de formas com o mesmo significado linguístico, marcado por diferentes significados sociais, segundo o contexto em que ocorrem'. O uso diversificado entre os falantes da língua portuguesa, "inserida em meio a grande variedade de situações sociolinguísticas" (FERREIRA, 2019, p.2) que se encontra espalhado pelo mundo inteiro, contribuiu na formação da lusofonia, um termo que:

> Ora é usado para fazer referência ao conjunto dos falantes de português mundo afora – diz-se, portanto, da população lusófona. Diz-se LUSOFONIA com uma vibração especial das cordas do coração, com um senso de lírica pertença a uma indefinida comunidade transnacional e intercontinental unida pelo imaginário da mesma língua e de tudo que o acompanha. [...] é também o nome de diferentes projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica – convergentes alguns em certos momentos, mas, em geral, silenciosamente divergentes e até concorrentes. [...] encaixa-se o entendimento de LUSOFONIA como o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente. (FARACO, 2012, p. 32)

Dentre as referências apontada ou definida pelo autor, gostaríamos de dar mais ênfase ao conceito "vibração especial das cordas do coração, com um senso de lírica pertença a uma indefinida comunidade transnacional e internacional unida pelo imaginário da mesma língua e de tudo que o acompanha", em nossa concepção, a língua portuguesa transcende fronteiras e é definida pela transnacionalidade, ou seja, deixa de ser apenas só a língua de uma nação, propriedade de um único povo, independentemente de qual seja, e é definida pela indefinida comunidade internacional, pois, como foi exposto anteriormente, trata-se de uma língua falada em todo mundo, é uma língua que alcançou "[…]a cifra de 83 milhões de usuários, passando a ser, em 2010, a quinta língua mais usada na rede – à frente do japonês – em crescimento que vai *par e passo* com a situação de letramento ou literacia das populações lusófonas." (OLIVEIRA, 2013, p.411).

Do exposto até aqui, infere-se que a língua portuguesa, após o seu contato com o mundo a fora, ganhou sua diversas formas de manifestação no uso, dependendo do espaço geográfico e de vários outros fatores que condicionam essa variedade linguística do português falado em todo o planeta, que ainda se encontra em um processo constante de crescimento, formando assim um amplo espaço na qual se vê a manifestação da diversidade do português através dos traços particulares de cada localidade, isto é, a cada encontro do português com as outras língua já encontradas nesses espaços, recebe a influência dessas línguas e ganha novo léxico com a influência da cultura, hábitos e costumes dos povos pertencentes a esses espaços. Importa salientar que:

> Internamente aos países da CPLP o português convive com aproximadamente 339 diferentes línguas, com variado número de falantes e diferentes graus de vitalidade, línguas estas constituintes das culturas nacionais dos respectivos países e hoje objeto de uma série de programas de promoção por parte dos governos [..] (OLIVEIRA, 2013 p.412)

Como afirma Agualusa (2005, p. 1 apud BANDEIRA e SOUZA, 2018p.4), em "[…] todos os países de língua portuguesa, incluindo em Portugal, se falam outras línguas nacionais". Com toda essa influência e fatores condicionadores de variedade, todo espaço em que se fala a língua portuguesa compartilha o mesmo código linguístico partilhado, isto é, entre os falantes de Angola, Cabo-Verde, Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Portugal, Timor Leste, ou de qualquer território onde se instala essa língua. Esse aspecto singular e autônomo de manifestação em diferentes espaços faz com que essa língua seja considerada pluricêntrica, ou seja, a língua portuguesa encontra um extenso centro nos países que carregam o estatuto de oficialidade, um assunto que vamos desenvolver com mais detalhes na próxima seção.

1.2 Português como língua pluricêntrica

Ao findar o longo processo de luta pela libertação dos jugos e invasão colonial portuguesa, as antigas colónias africanas adotaram a língua portuguesa como oficial nesses territórios, nomeadamente, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, conhecidos hoje como Países Africanos de Língua Oficial Português-PALOP. Esse *status* de oficialidade é o mesmo no Brasil, na Região Administrativa Especial de Macau-RAEM, na Guiné Equatorial e Timor-Leste. E, por esse mesmo fim político, muitas organizações internacionais adotaram o Português com o estatuto de oficialidade ou com um certo prestígio:

> O português é língua com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em 26 organizações internacionais, entre elas em 5 dos 17 blocos econômicos regionais hoje existentes no mundo: União Europeia, Mercosul, SADC, CEDEAO, CEEAC, [...]. No campo das organizações diplomáticas, o português está presente em entidades como a CPLP, a União Africana, a UNASUL, a OEA, a OEI, a União Postal Internacional, entre outras (OLIVEIRA, 2013, p.412).

Com a presente globalização, é utópico pensar em uma nação, grupo ou sociedade com homogeneidade linguística, pois a globalização deixou mais fácil o processo migratório entre os povos, a comunicação entre estes e, concomitantemente, facilita a transportação das suas culturas e línguas, resultando numa coexistência linguística e cultural (BATORÉO, 2014),

tornando, assim, "as diferentes variedades do que formalmente se considera uma língua, passem a ter uma dimensão supranacional, numa escala global, muitas vezes geograficamente descontínua" (***idem***, 2014 p. 2).

Em se tratando da língua portuguesa, o objeto em discussão, todos os indicadores apresentados pela autora contribuíram para tornar o português uma língua pluricêntrica, pois teve contato com outras línguas de mais diversificada realidade, o que sempre influencia e contribui para a heterogeneidade das mais variedades do português que se falam em diferentes centros. Para a mesma autora:

> São consideradas tipicamente pluricêntricas as línguas que apresentam diferentes variedades faladas em diversos países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, substituindo este modelo uma perspectiva mais antiga que considerava as variedades mais distantes do *standard* tradicional e historicamente estabelecido como "desvio" da norma (BATORÉO, 2014 p. 2).

Como se pode observar, a autora se vale da noção de *pluricêntrico* para explicitar o quanto se pode ver a língua portuguesa se tornando centro em diversos polos e em diversos lugares com as suas características específicas, revelando, assim, as variedades diversas desta mesma língua. Em outras palavras, pode-se dizer que a língua portuguesa falada em Guiné-Bissau é tão legítima quanto a que se fala em Portugal, Moçambique, Brasil e em qualquer centro no qual é tida como oficial ou co-oficial. Nessa altura, vale destacar que a diversidade linguística é o reflexo da diversidade social, o que pode abrir uma brecha para assimetria entre as línguas. No entender de Geraldi *et al* (1999):

> A língua é produzida socialmente. Sua produção e reprodução é fato cotidiano, localizado no tempo e no espaço da vida dos homens: uma questão dentro da vida e da morte, do prazer e do sofrer. Numa sociedade como a brasileira – que, por sua dinâmica econômica e política, divide e individualiza as pessoas, isola-as em grupos, distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos –, a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também a expressão dessa mesma situação (GERALDI et al., 1999, p.15).

Partindo desse postulado, é importante ressaltar que essa não é só a realidade brasileira, ou seja, é o cotidiano de toda a sociedade, "Miséria social e miséria da língua confundem-se" (***ibidem***, p.15), causando, assim, a assimetria entre as variedades de língua portuguesa. O fato que se verifica nas políticas linguísticas criadas a partir dos acordos feitos entre países que compartilham a mesma língua. No caso do português, é interessante destacar, resgatando Mendes (2019), sobre a criação de institutos como IILP- Instituto Internacional da Língua Portuguesa, da comunidade dos países da língua portuguesa, que objetivam a criação de um

espaço “amplo e multilateral” que serviria de lugar de concertação em torno de língua, “o bem comum”, no discurso corrente da CPLP. (SILVA e SANT’ANNA, 2012 apud MENDES, 2019).

Muitos países, partes dessa comunidade, encontram-se lá como meros participantes, ouvintes para simplesmente acatar as resoluções e decisões tomadas sem serem o centro como deveriam ser, sem condições de fazerem difundir as suas variedades. Isso que revela a utópica “[...] mudanças no modo de conceber as normas linguísticas, dando visibilidade às variedades que não estão no centro, valorizando outras normas nacionais. ” (***Idem***, 2019, P.57). Contrariamente a esta utópica promoção das variedades ao centro, essas comunidades deveriam funcionar como promotores do pluralismo linguístico colocando no seio das atenções a problemática das políticas linguísticas.

Segundo Oliveira (2012, *apud* MENDES 2019, p.40), “deveriam estar no centro da questão das políticas linguísticas no espaço da lusofonia a abertura e o acolhimento ao multilinguismo e à diversidade cultural, como tem acontecido, em diferentes perspectivas, em outras partes do mundo, como nos lembra”. A esse respeito, Silva e Santana (2012 apud MENDES, 2019) afirmam que vale entender que nesses projetos, as políticas linguísticas são movidas, não só pela desinteressada vontade de criar um ambiente multilíngue global, mas sim na relação entre “língua e poder”. Daí, “são as variedades centrais, representadas por Portugal e pelo Brasil, que ainda controlam as ações em torno da língua comum” (MENDES, 2019, p.40).

Apresentada a discussão acerca do pluricentrismo do português, na seção seguinte, focalizaremos a Guiné-Bissau, fazendo uma contextualização sociolinguística do português.

1.3 O português na Guiné-Bissau: contextualização linguística-sociohistórica

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África. Agrega uma superfície de 36.125km² distribuída em oito regiões e mais o sector autónomo de Bissau, a atual capital, o país ainda conta com 38 sectores e suas secções. Trata-se de um país com fronteiras limítrofes ao norte com Senegal, ao leste e ao sul com a República de Guiné Conakry e banhado pelo oceano atlântico na sua parte ocidental. É de destacar que a Guiné-Bissau é composta de um riquíssimo, complexo e multifacetado mosaico-étnico-cultural causado por motivos como “[...]

migrações internas e externas, a assimilação, a mestiçagem e destruições de várias naturezas [...]" (AUGEL, 2007, p.77). Cada um desses grupos étnicos possui a sua própria identidade linguística diferente, o que torna o país multilíngue, com dezenas de línguas compostas das suas diversidades e com percentagens desproporcionais dos seus falantes. "As línguas étnicas continuam vivas e são faladas praticamente na mesma percentagem do número de habitantes de cada etnia" (***Idem***, p.82).

Ainda nesse espaço multilíngue, há o guineense, que é a língua nacional do país, língua para a qual convergem todos os falantes das outras línguas, conhecido no seio guineense como crioulo, "[...] uma língua híbrida, mestiça, com a função social de língua veicular, ponte de comunicação entre os falantes de origens as mais diversas, desde os tempos coloniais" (AUGEL, 2007, p. 82). Uma língua que ganhou o seu desenvolvimento e estatuto nacional durante o contato secular com os portugueses colonizadores. Para Silom (2019, p.16), o guineense "resulta do contato direto da língua dos colonizadores (portugueses) com as línguas africanas locais". É de se salientar que foi a língua de grande contributo durante a luta armada de libertação do país, pois servia de veículo de comunicação entre os combatentes guineenses, o que o logrou o conceito de língua da unidade nacional (AUGEL, 2007). Ou seja, o guineense, como no dizer de Carlos Lopes (1988, p.231 apud AUGEL, 2007, p. 83) tornou-se "detentor sociolinguístico do conceito da independência".

É também importante lembrar que a Guiné-Bissau, considerando os aspectos limítrofes, traz prestígios linguísticos dos países com os quais constituem fronteiras, exemplo do Senegal, onde se tem a realidade multilíngue: o francês, o Wolof e outras língua que compõem a contexto sociolinguístico senegalês, sem esquecer dos povos guineenses de Conacri, país vizinho da Guiné-Bissau que, por razões comerciais, sempre estão em um fluxo constante de emigração para capital Bissau. De lembrar que "devido à aproximação dos mercados financeiros e fortes relações que o país tem com Senegal, Guiné Conacri e Gâmbia, o Inglês, Francês e o Wolof também estão presentes no país". (SILOM, 2019, p.16).

O português é a língua oficial da Guiné-Bissau, levada para este país por meio da colonização portuguesa. O primeiro contato deu-se na primeira metade do século XV, com a chegada dos colonizadores portugueses. Augel (2007, p.51) aponta que, a "data de 1446 o primeiro registro de navegadores portugueses na Costa da Guiné, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa, aportou no trecho do litoral africano que veio a constituir mais tarde a província portuguesa da Guiné". A ocupação colonial foi crescendo ao longo dos séculos,

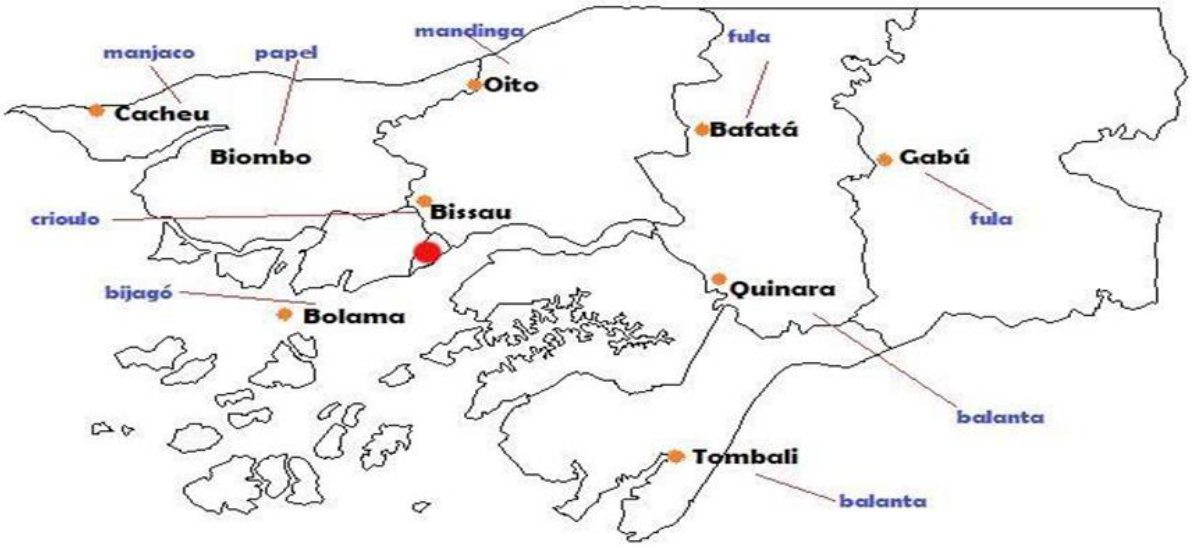
expandindo com ela as instalações dos seus postos avançados nas zonas que, estrategicamente, facilitariam os interesses comerciais, político e econômico do império (CÁ, RÚBIO, 2019). A partir desse contato com os portugueses invasores e colonialistas, a língua portuguesa foi levada para Guiné-Bissau, e foi se instalando no território seguindo o processo de instalação dos portugueses.

Com a conferência de Berlim, deu-se a efetivação dos portugueses no território guineense, pois foi a partir dessa conferência que a África foi dividida entre os colonizadores europeus, e, assim, a Guiné-Bissau passou a ser colônia portuguesa. Como se pode constatar no trecho a seguir:

> Após a Conferência de Berlim (1884-1885), em que Portugal apresentou o "Mapa Cor-de-Rosa", os portugueses apressaram-se a efetivar o povoamento da Guiné-Bissau e a dedicar-se à agricultura, não sem antes a população resistir e se travarem sanguinários combates. Em 1936, dá-se a última grande revolta, que ficou conhecida como a revolta dos Bijagós de Canhabaque. A população guineense foi então obrigada ao trabalho forçado, as infraestruturas poucas foram desenvolvidas e foi dada a preferência para a nomeação de cabo-verdianos como funcionários (BENZINHO; ROSA, 2015 apud cá; RÚBIO, 2019. P.391).

O período colonial, que teve séculos de duração, chegou ao fim com uma desencadeada luta armada que durou 11 anos, liderada por Amílcar Cabral, conhecido como pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana. Após o longo período de luta pela libertação nacional, a Guiné-Bissau proclamou a sua independência no dia 24 de setembro de 1973, e com a conquista da independência, a língua portuguesa foi adotada como a língua oficial no território nacional recém liberto. A adoção de língua portuguesa como oficial visa seu uso como a língua do ensino também e não só, mas do trabalho e de uso nas concertações nos congressos internacionais e ainda passou a ser obrigatório o seu uso nas escolas e em todos os recintos escolares (SILOM 2019). Entretanto, com todas as obrigações do seu uso, a percentagem de uso é muito pequena no território guineense.

Para mais detalhes sobre a questão multilíngue na Guiné-Bissau, segue o mapa linguístico e o quadro com os detalhes percentuais das línguas falada em todo o território:



Fonte: (SILOM, 2019, p.17)

LÍNGUA	(%)	NÚMERO DE FALANTES	
ANO	1979 e 2009	1979	2009
Crioulo Guineense	(44,31%)	349.638	673.880
Balanta	(24,54%)	193.722	373.212
Fula	(20,33%)	160.499	231.774
Português	(11,08%)	87.464	168.508
Mandinga	(10,11%)	79.790	153.756
Manjaco	(8,13%)	64.194	123.643
Papel	(7,24%)	57.202	110.108
Biafada	(1,97%)	15.551	29.960
Bijagó	(1,97%)	15.546	29.960
Mancanha	(1,86%)	14.682	28.287
Felupe	(1,48%)	11.701	22.508
Nalú	(0.31%)	2.491	4.715
Inválidos	(0,05%)	381	760
TOTAL	**(133,38%)**	**1.052.861**	**1.951.071**

Fonte: (SCANTAMBURLO, 2013, p. 28)

Como se pode observar, a língua guineense reúne maior número de falantes com (44,31%), o que revela também que o português, mesmo sendo a língua oficial do país, não é majoritária na sociedade guineense. É notável o espaço que as línguas étnicas ocupam também no seio guineense. Exemplo disso são o balanta e o fula, que cobrem um percentual significativo de falantes, fato que evidencia a realidade linguística guineense, um país multilíngue e a convivência dessas línguas vão refletir na variedade linguística do país.

Apresentado o contexto do português na Guiné-Bissau, na seção a seguir, trataremos da universidade internacional focalizada neste trabalho, a qual representa uma das políticas linguísticas para o português idealizada pelo Governo do Brasil.

1.4 Universidade internacional como política linguística

A universidade que focalizamos é uma universidade federal de moldes internacionais. Seu corpo estudantil está formado de estudantes oriundos de países que têm o português como língua oficial, a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Também possui um corpo docente composto de nacionalidades diferentes.

Instituída em 20 de julho de 2010, pela Lei n. 12.289, surgiu da cooperação entre Brasil e África, no intuito de implementar a política externa, isto é, uma "internacionalização acadêmica", com a interesse em eleger a diversidade e aproximar ao máximo o caráter não hegemônico, mas solidário e fraterno, firmado num laço histórico e cultural, ajudando, assim, no combate à "exclusão" vista nas universidades, alimentada por elitização do acesso às mesmas. Ela é o fruto de uma cooperação bilateral através da qual seria impulsionado o combate à desigualdade racial e o racismo (LIMA et al., 2021).

A partir do postulado, vê-se uma ação de governo que visa a desenvolver o ensino superior, ação essas que também podemos considerar como sendo política linguística, que se entende como "políticas públicas concebidas e executadas por instituições que possuem influência na sociedade (Estado, os governos, as igrejas, ONGs, associações e até mesmo, a família). " (OLIVEIRA, 2007 apud FERREIRA, 2019)

Para Nicolaides *et al*. (2013 apud SILVA, 2018 p. 15), a política linguística, em seu sentido global, pode ser descrita como a arte de dirigir a governança ou condução de questões sociais de uma nação. É com base nessa arte de governança e com o intuito de conduzir a questão social que o governo, através da sua lei, sancionou a criação de uma universidade com a finalidade de, não só resgatar o laço históricos e culturais com as comunidades dos países que partilham a mesma língua ou passado histórico, no caso dos países africanos da língua portuguesa-PALOP que a integram, mas também como forma de combater a desigualdade social e o impedimento de pessoas de classe econômica baixa ao acesso às universidade

públicas, que até então só eram acessadas por pessoas de classe social média alta, as elites sociais; uma realidade que passou a mudar com a criação da universidade destacada, em cujo projeto se estabelecem como propósitos :

> Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países da expressão em língua portuguesa por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e compromissados com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a prevenção do meio ambiente (UNILAB, 2010, p. 12 apud LIMA et al., 2021, p. 29)

A criação dessa universidade foi alicerçada numa ideia de integração em todos os sentidos possíveis, pois, só assim, seria possível concretizar o que se denomina de "disseminação de saber universal", os saberes que viriam de miscigenação de hábitos, costumes, cultura e língua, sobretudo, porque se trata de um leque de variedades distintas de uma mesma língua. A ideia de integração que se materializou com a criação da instituição, foi uma ideia traduzida num projeto da criação de uma universidade de integração refletida nas suas ações e construção do seu corpo administrativo e estudantil de modo a combater a desigualdade social, tanto que o documento mostra que um dos objetivos da instituição é agregar às práticas docentes uma visão epistemológica condizente com a complexidade dos saberes, formais e informais, o conhecimento científico e tradicional, e promotora de integração de atividades do cunho artístico, cultural e esportivas no processo formativo (UNILAB, 2010 apud LIMA et al, 2021). O mesmo documento ainda destaca as singularidades da universidade, das quais gostaríamos de mencionar algumas: "respeitar as diferenças como meio de cooperar e integrar; reconhecer e respeitar a diversidade étnico-racial, religioso, cultural, de gênero, entre outros" (UNILAB, 2010, apud LIMA et al, p. 30)

É interessante salientar que, "o respeito e reconhecimento à diversidade" é a tônica no documento/ projeto basilar da criação da universidade internacional de que tratamos. Consciente desse ponto significativo na construção da instituição em questão - "respeito à diversidade" - e atentos à realidade atual da universidade, pretendemos estudar, particularmente, sobre o que tem sido papel da universidade referida na promoção e valorização das variedades do português falado pelos estudantes dos países da integração.

Olhando para o que discorremos até aqui sobre o projeto da criação da instituição, os aspectos norteadores da sua criação com a sua realidade atual, nota-se o desalinhamento com o que foi plasmado no projeto, isto é, vê-se que, hoje, a realidade foge ao que era o projeto fundador, a realidade da universidade está sendo infiel aos ideais que se encontram na base do

seu projeto fundador. É bem acentuada essa infidelidade da universidade aos seus ideais do projeto fundador, fato que pode ser verificado na questão de desatenção que se dá aos outros países que integram a universidade. Isso se pode ver, por exemplo, nos ementários dos componentes curriculares dos cursos de graduação, dado que, nesses documentos, se privilegiam referências brasileiras, e não só, como também nas ofertas curriculares das disciplinas do curso de Letras - Língua Portuguesa, a única disciplina que tem uma abordagem voltada aos países africanos que integram a universidade, "Literaturas Africanas: temas e tópicos", é uma disciplina optativa, e, além do mais, nunca existiu uma disciplina com o conteúdo dirigido ao Timor-Leste, que é o único país asiático participante da "integração" proposta pela instituição. Esse fato revela a infidelidade aos princípios norteadores da criação da universidade como uma política linguística desenhada com o intuito de lutar contra a desigualdade social e em prol da promoção, da valorização e do respeito à diversidade. O descaso na implementação deste projeto resulta na promoção de preconceitos, inclusive, o linguístico, fenômeno que investigamos em nossa pesquisa.

De acordo com Gadamer (1988, p. 270 apud MARIANI, 2008, p. 207), entende-se por preconceito linguístico um julgamento que é formulado antes que todos os elementos que determinam uma situação tenham sido examinados. "A palavra preconceito deriva do latim 'pré' que significa antecipação, adiantamento, e do sufixo 'concéptus' que significa ação de conter ou opinião " (SILOM, 2019, p.23). Com base nos autores, podemos entender preconceito como um julgamento preconcebido de alguma coisa sem, no entanto, ter o conhecimento ou a certeza de tal, o que demonstra um certo tipo de negatividade, "[...]uma atitude hostil ou preventiva a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo, supondo-se, portanto, que possui as características contestáveis atribuídas a esse grupo. " (ALLPORT, 1954, p.22 apud SILOM, 2019, p.11).

Partido do fato de que a universidade internacional que investigamos é uma instituição com uma miscigenação racial e cultural, entendemos ser um espaço oportuno para discutir sobre o preconceito, tendo como ponto de partida a hipótese de existência do preconceito linguístico contra a variedade guineense do português. Para isso, julgamos pertinente levantar, junto aos estudantes guineenses da universidade, os fatores que contribuem para a desvalorização da variedade guineense do português na região do Maciço de Baturité (Ceará - Brasil).

2. Desenho do estudo

No tocante à natureza e ao delineamento, este empreendimento investigativo se caracteriza como bibliográfico com traços descritivos. Referente à abordagem, o método qualitativo mostrou-se mais adequado, considerando a perspectiva descritiva e analítica que nos permitirá fazer uma leitura mais abrangente do fenômeno social em questão (GODOY, 1995).

Quanto ao objetivo, a pesquisa pode ser nomeada como de caráter exploratório e explicativo acerca da desvalorização da variedade guineense do Português na região do Maciço de Baturité (Ceará - Brasil). Nesse sentido, para a constituição da amostra, optamos pela pesquisa bibliográfica associada à aplicação de um instrumento - questionário composto de três perguntas abertas - para investigar acerca do preconceito linguístico, notadamente, aquele dirigido a estudantes guineenses da universidade internacional focalizada, os quais podem ser caracterizados como participantes do estudo.

2.1 Detalhamento do questionário

Como oportunamente informamos, para a coleta de parte dos dados da pesquisa, aplicamos um questionário composto de três perguntas abertas a um quantitativo de 10 estudantes guineenses da universidade investigada, moradores da região de Maciço de Baturité. Antes de responder ao questionário, os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As perguntas que compuseram o questionário são as que seguem:

1. Você observa algum tipo de preconceito quando fala em Português na região do Maciço de Baturité? E na universidade X[3]? Comente a respeito de sua resposta.
2. Você conhece alguém que já tenha sido alvo de preconceito linguístico na região do Maciço de Baturité ou na universidade X? Se sim, poderia falar sobre essa situação?
3. Em sua opinião, a universidade X trabalha no sentido de promover a valorização das variedades do Português falado pelos estudantes da instituição? Comente.

[3] Por uma questão de preservação da integridade da instituição, decidimos não mencionar a universidade de uma forma explícita, tanto nas nossas escritas como nas falas dos respondentes que copiamos aqui.

3. Desvelando o preconceito linguístico a partir do dizer de estudantes guineenses de uma universidade internacional do interior do Brasil

A primeira pergunta do questionário aplicado foi a seguinte: **Você observa algum tipo de preconceito quando fala em Português na região do Maciço de Baturité? E na universidade X? Comente a respeito de sua resposta.**

Todos os 10 respondentes afirmam ter observado o preconceito linguístico quando falam português. As respostas revelam o quanto tem sido um ato recorrente, uma situação pela qual os estudantes passam diariamente na região do Maciço de Baturité e na própria universidade, com variadas formas de manifestação. Conforme afirma um dos respondentes, "[..] esperam que a gente fale com eles, quando isso não acontecer, a sua forma de falar é estigmatizado" (R1, *sic*). O fato de todos os respondentes relatarem ter observado ato de preconceito linguístico, confirma a nossa hipótese de que existe o preconceito linguístico, consequentemente, a desvalorização da variedade guineense do português, com a ridicularização dos sotaques pelo fato de serem diferentes. Os resultados da resposta dos participantes ainda revelam que estes atos preconceituosos na língua, acontecem na rua, no mercado, e sobretudo nas salas de aula, afetando os estudantes guineenses, criando limitações nestes, com o medo de serem ridicularizados, pois o respondente (R,2) relata que

> [...] muitos colegas Guineenses não participam das aulas (comentar) aulas, porque sentem receio de falar português, devido ao índice do muito elevado deste preconceito linguístico, [...] sempre que vamos fazer compras nos supermercados, os nossos atendentes falam como se não conseguissemos intender se eles falassem normalmente como falam com qualquer brasileiro (R2, *sic*).

Os falantes da variedade guineense do português os quais o preconceito linguístico impede de participar na aula, por receio de serem ridicularizados, encontram-se numa situação em que a língua se torna o *lugar de sofrimento* (NASCIMENTO, 2019). Torna-se evidente a relegação da variedade guineense do português para um lugar de desprestígio, tirando, assim, dos seus falantes a capacidade de ser o sujeito modificador da língua (Bakhtin 1997, apud NASCIMENTO, 2019). A ridicularização do sotaque do outro, menosprezo ao seu falante e forma pejorativa de tratá-lo, ao ponto de pensar que não sabe falar o português pelo fato de usar uma variedade diferente, trata-se de definir esse falante como um não possuidor da sapiência linguística. Desde atendentes do supermercado, do pessoal na rua, ao colega da sala de aula que se auto colocam no lugar de detentores do certo e conhecedores do "certo" e "errado" na língua, através dos seus atos linguísticos buscam se colocar no lugar do verdadeiro

padrão a ser alcançado por um falante da variedade guineense do português, o que flagra um claro traço de colonialidade; colocando em experimento uma nova dominação epistémica.

Corroborando com a afirmação do Bagno (2015) de que o preconceito linguístico não tem a ver com o que é dito, mas com quem disse, julgamos ser de suma importância destacar a nossa análise de que a desvalorização, o estigma e o juízo de valor pré-definido que se tem dos falantes da variedade guineense do português, dá-se pelo fato de serem africanos, um povo sobre o qual se criaram vários estereótipos. São esses estereótipos que refletem linguisticamente na forma como preconceituosamente é vista a variedade guineense do português. O preconceito linguístico e a desvalorização da variedade guineense do português foram evidenciados a partir da forma como se ridicularizam os sotaques dos falantes guineenses, impedindo os estudantes de participar ou comentar na aula; dos professores insistindo que os estudantes falem com sotaques brasileiros, e dos atendentes do supermercados e moradores do Maciço de Baturité rotularem como errada a forma que os guineenses falam pelo fato de possuírem uma variedade do português diferente.

É muito importante destacar que a história única reflete o poder que habilita em contar e definir a história do outro (ADICHIE, 2019). A narrativa colonial contou a história que definiu os africanos como gente inferior, com deficiência assim como a sua língua, essa narrativa contribui profundamente para perpetração do racismo linguístico na sociedade, desvalorizando assim as variedades faladas por falantes pertencentes a certas classes sociais, certos espaços e pertencente a uma determinada raça, o caso dos falantes da variedade guineense do português.

Para Rosa e Flores (2017 apud NASCIMENTO, 2019), a visão única do mundo condiciona a elevação de uma variedade em detrimento de outra, onde a variedade elevada é vista numa escada evolutiva, o modelo para o desenvolvimento das outras. Constatando as respostas dos participantes, entende-se que o mito da existência de uma homogeneidade linguística, e a visão estereotipada dos africanos, são dois principais causadores do preconceito linguístico. Por um lado, vê-se uma mera reprodução de preconceito linguístico, com a ignorância sobre as características de mudança, heterogeneidade e articulação como intrínseca a qualquer língua natural. Por outro lado, vê-se a consciente luta de poder, pois, como alerta Nascimento (2019, p. 89) de "[...]pensar a linguagem como um lugar de disputa dos poderes, mas sobretudo de reafirmação dele". Pois ela não só serve para nomenclaturas, ela também é o meio pelo qual se pratica a exclusão. Que é justamente o que se vê a partir das respostas dos participantes.

A segunda questão a compor o questionário foi: **Você conhece alguém que já tenha sido alvo de preconceito linguístico na região do Maciço de Baturité ou na UNILAB? Se sim, poderia falar sobre essa situação?**

Oito, dentre os dez participantes, afirmam ter conhecido pessoas que já passaram pela situação de preconceito linguístico e dois, mesmo não conhecendo, já ouviram falar das pessoas que passaram por essa situação. É interessante destacar que o preconceito linguístico que ocorre no recinto universitário, não é só protagonizado pelos estudantes, também houve registros de professores praticando o preconceito linguístico com os estudantes, exigindo que estes falassem como os brasileiros, porque não entendiam o português falado pelos guineenses. Os respondentes um (R1) e dois (R2), ao serem questionados se conheciam alguém que tivesse sido alvo de preconceito linguístico, respondam o seguinte:

> Só não irei chamar nome do prof e nem do seu instituto por outros motivos, ele questionou um colega p por que de até então (três anos) ele não consegue falar que nem os nacionais. A juatificativa, "segundo ele", não entende a forma que o colega fala português. Ele teria que adaptar as outras. Questão que se coloca: o prof também não poderia adaptar/buscar entendê-lo? (R1, sic)
>
> Sim. Uma colega me falou que sua professora lhe obrigou a mudar o sotaque na sala de aula, tendo em conta o tempo que esteve no Brasil. (R2).

As respostas dos respondentes um (R1) e dois (R2) demonstram uma clara questão de desvalorização da variedade linguística do português que não seja a brasileira. Para esses professores, estar num território é sinônimo de perder a identidade linguística e submeter-se ao que, para eles, é o "padrão", o "certo", o "ideal", "o que se consegue entender", rotulando esta variedade de mais "estimável", mais "bonita" e de "honra" e "certo". Quando os professores pedem para os estudantes falarem como um nacional, passam a colocar a variedade nacional (brasileira) do português como o lugar de verdadeiro padrão que precisa ser alcançado pelo falante guineense. A ação do professor demonstra a reprodução da colonialidade, tentando forjar uma homogeneidade linguística, criticando tudo o que não se encaixa nessa utópica homogeneidade linguística. Quando se nega ao falante a sua variedade linguística, nega-se também a sua identidade e o seu direito como sujeito da produção, o que configura o linguicídio.

Para Nascimento (2019, p.26), "o epistemicídio é linguicídio quando desapropria o sujeito de seu próprio direito de produção de saber[...], quando ao sujeito [...] é negado a possibilidade de ser o sujeito da língua e, portanto, compreender e modificar diretamente a

língua". Assim, o professor, reproduz não só preconceito, assim como epistemicídio quando exige do falante da variedade guineense do português o uso da variedade brasileira, o que demonstra a desvalorização pela variedade guineense, consequentemente, o seu apagamento. Partindo da ideia fanoniana de que "falar é existir absolutamente para o outro" (FANON, 2008, p.33), quando a um falante de qualquer variedade de uma língua é exigido deixar de falar a sua variedade para submeter-se a outra, ele deixa de existir linguisticamente, pois falar "[...] é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização" (ibidem). Aquilo que os professores exigiram vai muito além da mudança de variedade, transcende uma mera mudança de sotaque, abrange toda uma questão cultural, uma vivência, a civilização de um povo.

Vale sublinhar que relatos sobre atos de preconceito praticados por professores/as da universidade estudada constituiu um número significativo nas respostas. Dentre os dez, quatro, ou seja, quase metade dos entrevistados relatam a situação que envolve professor como o praticante e o estudante como alvo de ato de preconceito linguístico, como revelam as respostas dos respondentes (R1), (R4) e (R5). Convém destacar a fala do respondente número cinco (R5), o qual afirma o seguinte:

> A priori não. Mas já ouvi relato de uma colega de entrada que sofreu esse tipo de preconceito. Era do curso de agronomia, mas já se transferiu para outra universidade. Foi em pleno sala de aula. A professora a fez a seguinte pergunta: "Como é que vocês conseguem passar nos testes do processo seletivo com tanta dificuldade que vocês têm de falar a língua portuguesa?" Muito forte esta questão. (R5)

Constata-se um caso de desvalorização ao extremo da variedade guineense do português, como se vê na fala do respondente cinco (R5), uma produção de violência contra um falante, pelo fato de não falar a mesma variedade, um ato de humilhação. Este relato reforça a crença de existência do preconceito linguístico, perpetrado pelos professores, figuras que deveriam ser, como postula Coelho *et al* (2021, p. 147), "[...] porta-voz da luta contra o preconceito linguístico, tão arraigado ainda em nossa sociedade e que redunda em atitude de intolerância e exclusão social". É exatamente contrário o comportamento da professora referida na fala do respondente cinco (R5), observa-se "intolerância e exclusão", o que é preocupante, pois é um comportamento vindo de uma professora de uma universidade internacional de integração, que, em suas diretrizes norteadoras, aponta zelar pelo respeito às diversidades de todo tipo. Nesse sentido, questionamos, então, se essa professora não entende a sua missão como guardiã desse respeito à diversidade, alinhando-se com um dos objetivos alicerçados da instituição em que trabalha, ou ela entende, perfeitamente, mas escolhe ignorar, seguindo desrespeitar, tratar com intolerância os outros pelo simples fato de que, na prática, a própria

instituição já não tem punição contra esses tipos de atos repugnantes que alimentam cada dia essa forma de preconceito?

Para Menezes de Souza, prefaciador do livro racismo linguístico (2019), "Nos tempos sombrios em que hoje vivemos, marcados pelo ódio, pelo racismo, pela misoginia e pela homofobia, quando o tema é racismo, além de violência, duas palavras vem logo à mente: humilhação e vergonha" (NASCIMENTO, 2019, p.7). Fazendo coro à essa voz, a fala do respondente cinco (R5) revela que, quando o tema é preconceito, pode-se esperar sempre encontrar a humilhação e vergonha.

Objetivando estudar sobre o papel da universidade internacional em foco, no sentido da promoção e da valorização das variedades do Português falado pelos estudantes dos países da integração, foi proposta a terceira questão: **Em sua opinião, a universidade X trabalha no sentido de promover a valorização das variedades do Português falado pelos estudantes da instituição? Comente.**

O resultado mostra opiniões relativamente diferentes, pois metade dos respondentes afirmam que a universidade investigada não trabalha no sentido de promover as diversidades, enquanto que a outra metade afirma que "sim", a instituição trabalha, entretanto, de uma forma superficial, ou seja, o trabalho está aquém do almejado. Os respondentes que afirmam que a instituição não trabalha na promoção das variedades destacaram o envolvimento dos próprios professores na prática de preconceito linguístico, como relata o respondente um (R1):

> A universidade (sic) não trabalhou nada sobre isso, mesmo que quisesse, não teria como, porque até uma professora pede a interpretação, se isso acontece, ou é cometido pelos professores na sala de aula, quem resolve isso? [...]

Volta à tona o problema do envolvimento dos professores na prática do preconceito, e, considerando a fala do respondente um (R1), se os professores, no lugar de docentes, que deviam ser os primeiros a se colocarem na luta contra essa forma de preconceito, mas são os que a praticam, questiona-se se realmente estes relatos não demonstram claramente que a instituição está em falta quanto a essa luta. Se os/as professores ainda atuam de forma preconceituosa com os estudantes na sala de aula, é um sinal de que não está sendo punido esse comportamento, porque, mesmo que existissem leis e políticas contra essa prática, o número significativo que envolve professores como praticantes desta intolerância e violência contra a

variedade do português que não seja a brasileira, indica a impunidade contra o preconceito linguístico.

Ainda sobre a questão três, o respondente número dois (R2) destaca o seguinte:

> Ao meu ver, percebo que não, pois pouco se vê da integração dentro da xxxxx e o fator linguagem não fica por fora disso. Muita das vezes percebe um certo tipo de desinteresse por parte da maioria em querer conhecer, aprender mais a fundo o processo histórico que as línguas presentes dentro da instituição carregam, afim de poder compreender as variações linguística e consequentemente evitar o possível preconceito no q toca a forma de falar, escrever e pronunciar as línguas. (R2,sic)

Para este respondente, a questão da não valorização das variedades dos falantes que compõem a instituição, é apenas o reflexo da fraca integração que se vê na universidade, acarretando, assim, a falta de interesse da maioria em conhecer o processo histórico da língua que é fundamental para entender a variação da mesma. Para Adichie (2019), as histórias são definidas por meio de 'ser maior que o outro', ou seja, a história única e estereotipada sobre a língua portuguesa e o povo africano revela o desinteresse, pois a história passou para essas pessoas a ideia de serem maiores que os povos africanos, de que as suas variedades, comparados aos dos outros falantes do português, são as maiores e o modelo a ser seguido. Então, não adianta entender a história da língua para saber sobre as variedades da língua, mas a consequência disso é que "[...] rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos" (ADICHIE, 2019, p.27-28).

É muito incongruente dizer que uma universidade está a trabalhar no sentido de promover a valorização das variedades, se o ensinamento sobre a língua, ou sobre a variedades das outras parcelas de falantes é, ou pouco ensinado, ou não está sendo ensinado. Posto isto, vale destacar a afirmação do respondente oito que responde que:

> Se trabalhe, é pouco. A universidade precisa repensar o seu currículo e PPC dos cursos, sobretudo do curso da Letra Língua Portuguesa para contemplar a realidade dos PALOPS" (R8, sic).

Convém ressaltar que no Curso de Letras-Língua Portuguesa, para área de Literatura, só há uma disciplina, de caráter optativo, denominado de Literaturas Africanas: Temas e Tópico, e não existe nenhuma disciplina que trate da linguística africana. As disciplinas como literaturas 1, 2, 3, 4, 5; tratam de conteúdos ligados ao PALOP e de autores africanos de uma

forma superficial. Isso expressa a necessidade de se reavaliar o currículo e o PPC dos cursos, como sugere o respondente oito (R8).

É importante destacar que, ao mesmo tempo que se vê uma grande aderência contra formas de preconceito no espaço universitário, ainda é muito perceptível o nível tão acentuado de preconceito linguístico que assola a instituição. E é muito comum casos de estudantes que lutam pela causa social serem promotores de preconceito linguístico contra estudantes internacionais, esperando destes um falar parecido, ridicularizando-os quando usam palavras ou expressão que lhes são desconhecidas.

Para Coelho *et al* (2015), cabe às instituições o trabalho de proporcionar debates sérios sobre a questão da diversidade linguística em todo o território. Partindo deste postulado, e com as análises feitas sobre as respostas da questão três, analisamos que a universidade em foco não trabalha em prol da promoção da valorização das variedades do português dos falantes que compõe o seu corpo de estudantes, tendo como principais indicadores dessa negligência: professores como promotores do preconceito linguístico, perpetuação de história da língua contada no prisma europeu, excluindo a contribuição africana; vigência de um Programa Pedagógico Curricular, no caso do Curso de Letras-Língua Portuguesa, que exclui consideravelmente as disciplinas ligadas aos PALOP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Introduziu-se este trabalho discutindo sobre a problemática de diferentes formas do preconceito linguístico que afetam a sociedade e o seu perigo, sobretudo nas relações humanas interpessoais. Vendo que a língua é o campo onde se manifesta este preconceito, em particular, com o foco nos falantes guineenses moradores da região de Maciço de Baturité, vimos a necessidade de estudar o preconceito linguístico a partir de uma análise sobre a desvalorização da variedade guineense do português.

O objetivo geral da pesquisa era investigar acerca da desvalorização da variedade guineense do Português na região do Maciço de Baturité (Ceará - Brasil). O objetivo foi alcançado e a hipótese inicial confirmada, pois os resultados revelam a desvalorização que os usuários da variedade guineense do português sofrem na região por parte dos moradores, dos atendentes em supermercados, sobretudo, na própria universidade, onde tanto os professores

como os colegas estudantes mostram essa desvalorização à variedade guineense do português, constituindo, assim, o preconceito contra esta variedade.

É de se destacar que também os objetivos específicos foram atendidos, sendo que a pesquisa evidencia que a assimetria da língua é causada por questões políticas econômicas e sociais, ou seja, mesmo com a criação de institutos, organizações que promovem políticas linguísticas que visam promover as variedades linguísticas, isto é, o multilinguismo, no caso da língua portuguesa, entres os países falantes dessa mesma língua, ainda existe a questão de poder onde sobressai a variedade do país considerado do primeiro mundo, a variedade do centro, tornando utópica a ideia de promoção de variedades linguísticas ou multilinguismo do português que é o mote dessas organizações. Por meio da investigação com os estudantes guineenses da universidade focalizada, a pesquisa apresenta ocorrências do preconceito que ocasiona a desvalorização da variedade guineense do português, dentre as quais destacam-se a exigência de mudança de sotaque, desinteresse em entender a variedade do outro por parte dos estudantes e moradores (alegando-se, insistentemente, não entender), deboche sofrido pelos estudantes na sala de aula quando realizam algum comentário, violência e intolerância por parte dos professores, estudantes e moradores face à variedade diferente do português. Ainda os objetivos específicos atendem que o papel da instituição educacional abordada neste estudo, no tocante à promoção e à valorização das variedades do português falado pelos estudantes dos países da integração, deixa muito a desejar, pois traz lacunas colossais em não vigiar e punir as práticas preconceituosas, violentas, discriminatórias e excludentes perpetradas pelos próprios professores e estudantes da instituição; sem descurar da centralização do currículo do Curso de Letras-Língua Portuguesa, que exclui os países que integram a instituição.

A pesquisa se conclui confirmando a hipótese de que a desvalorização da variedade guineense na região do Maciço de Baturité (Ceará - Brasil) decorre do desconhecimento e/ou da resistência por parte da população dessa região em aceitar a diversidade linguística, que é uma das características intrínsecas a toda língua natural; de que a assimetria linguística é causada por fatores econômico, políticos e sociais; que o preconceito contra a variedade do português dos estudantes guineenses nessa universidade internacional é evidenciado nas interações cotidianas destes estudantes, tanto dentro como fora da instituição.

Conclui-se, realçando que o presente trabalho não visa acabar com o preconceito linguístico ou com a desvalorização da variedade guineense ou de qualquer outra variedade, que a intenção é fazer chegar aos nossos estudantes essa realidade da existência de preconceito

linguístico, que carrega toda uma questão de raça, pois o preconceito contra a variedade guineense, como foi discutido neste trabalho, não tem a ver com o mero falar, mas, sim, tem tudo a ver com a forma como é visto o próprio falante, sua origem (é europeu ou asiático, africano ou latino americano, de periferia ou de centro urbano), qual é a sua raça (ele é negro ou branco, amarelo ou vermelho), o que ele é (é rico ou pobre). A impregnação de uma história que rotulou o homem africano de pobre e necessitado, de não civilizado, de ser incapaz de produzir o conhecimento por si só, de um ser humano que precisa ser civilizado com o pacote completo (ensinando-o a forma certa de falar, de vestir-se, de ler, de comer, entre outras), para citar alguns. São esses estereótipos que refletem o modo como tudo que é vindo de um homem africado é visto hoje. A pesquisa traz à luz o mesmo que ocorre na região do Maciço de Baturité, no recinto de uma instituição federal de ensino e na sala de aula. E mais preocupante é constatar que essa colonialidade é reproduzida pelos professores, que deveriam ser vanguardistas na luta contra essa violência, contra esse racismo linguístico. Interpretamos que os profissionais estão cientes de suas responsabilidades, mas escolheram negá-la, e, deliberadamente, praticar violência e intolerância contra o diferente, contra o outro que, ao se comparar, se acha melhor, pois sabem que os seus atos são impunes.

Face a toda essa situação, é urgente consciencializar a sociedade a se levantar para lutar contra esses atos, a se defender de qualquer instrumentalização, não importa se a proveniência é duma mera ignorância ou de uma consciente negação de liberdade ao outro. É claro que este não é o primeiro trabalho abordando sobre este assunto, entretanto, espera-se que seja um trabalho que vai impulsionar a produção de vários outros num futuro próximo. A pesquisa revela que é urgente desencadear uma luta contra a colonização das mentes, pois é importante o despertar da consciência dos estudantes quanto à repercussão deste mal-estar social.

REFERÊNCIAS

ADICHIE,Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo:Companhia das Letras, 2019.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro:** nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. -56 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BANDEIRA, Jessica do Rosario. **Diversidade Linguística na Lusofonia: o Ensino de Português em São Tomé e Príncipe.** 2018. 24 f. Artigo (Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades-LH, Universidade da Integração Internacional

da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2205. Acesso em: 30 jun. 2023.

BATORÉO, Hanna. Que gramática (s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica? **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 01-15, 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/4023/3001 . Acesso em: 30 jun. 2023.

CÁ, Imelson Ntchala; RUBIO, Cássio Florêncio. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, São Paulo v. 58, n (58.1), p. 389-421, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tla/a/PygbnYmdMsqR8Mj66mhw5Lr/?lang=pt . Acesso em: 30 jun. 2023.

COELHO [et al.]. **Para conhecer sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FARACO, CA. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31 50. ISBN 978-85-232-1230-8. Disponível em: https://backoffice.books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-05.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023

FERREIRA, Beroni Makuiza. **Políticas linguísticas para o português**: avanços e desafios no Timor-Leste. 2019. 21 f. Artigo (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literatura - ILL, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE, 2019. Disponível em: https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2090. Acesso em: 30 jun. 2023.

GERALDI, João Wanderley de (Org.) **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ed. Ática, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. São https://www.scielo.br/j/tla/a/MvzjfZ35mKhnxHjWW5W7rMk/?lang=pt&format=html. Acesso em: 30 jun. 2023.

LIMA, Manolita Correia de (Org.) **Unilab 10 anos:** gênese, desafios e conquistas. Santa Catarina: Ed. FURBA, 2021.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia cientifica.** São Paulo. Atlas, 2003

MARIANI, Bethania. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. **Letras**, Santa Maria n. 37, p. 19-34, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11977. Acesso em: 30 jun. 2023.

MENDES, Edleise. A promoção do português como língua global no século XXI: um cenário a partir do Brasil. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 37-64, 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154924. Acesso em: 30 jun. 2023.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo.Belo Horizonte: Letramento, 2019

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em linguística aplicada**, São Paulo, v. 52,

p. 409-433, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tla/a/MvzjfZ35mKhnxHjWW5W7rMk/?lang=pt&format=html. Acesso em: 30 jun. 2023.

Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar. /abr. 1995. **Revista de Administração de Empresas**.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português:** ensino bilíngue português-crioulo guineense. 2013.Tese (doutorado em linguística) – Faculdade de Ciências sociais e humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/10960 . Acesso em: 30 jun. 2023.

SILOM, Alfa dos Santos. **Considerações sobre a percepção da Língua Portuguesa e o preconceito linguístico em Guiné-Bissau**. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1697. Acesso em: 30 jun. 2023.